



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO**

JOSÉ EDNILSON ALMEIDA DO SACRAMENTO

PAUTA EFICIENTE: COMO ABORDAR A DEFICIÊNCIA NA IMPRENSA

Salvador
2017.1

JOSÉ EDNILSON ALMEIDA DO SACRAMENTO

PAUTA EFICIENTE: COMO ABORDAR A DEFICIÊNCIA NA IMPRENSA

Memória apresentada ao Curso de Graduação em Comunicação Social - Jornalismo, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dra. Simone Terezinha Bortoliero

Salvador
2017.1

AGRADECIMENTOS

A palavra é metade de quem a pronuncia e metade de quem a ouve.

Michel Montaigne (1533-1592)

A Mariza, minha companheira e meu porto seguro, sempre.

À minha orientadora, Simone Terezinha Botorliero que, movida pelo alto espírito colaborativo que lhe é peculiar, assumiu a tarefa de contribuir com a elaboração desse trabalho.

A todos os jornalistas, amigos e amigas, que contribuíram de alguma forma para o enriquecimento desta pesquisa.

À professora Malu Fontes, pela franqueza e amor à Língua Portuguesa e pela extrema dedicação àquilo que faz. E demais professores da Facom por todo o conhecimento que adquiri através deles durante esses anos, sobretudo, àqueles e àquelas que me cumprimentavam com um "bom dia", um "como vai?". Esses são inesquecíveis.

Aos membros da banca por aceitarem participar e colaborar com a minha formação. Avaliar é viver junto a aventura de construir saberes.

A Edson, meu irmão, sua família e a todas as pessoas que torcem por mim a qualquer tempo.

Às minhas filhas Jaiasry e Desirée, lindas como ninguém! A Jeane e aos integrantes do Núcleo de Apoio a Estudantes com Deficiência da UFBA (NAPE/UFBA), pelo suporte e apoio nas atividades acadêmicas.

A Gonçalo Cazumbá, pela paciência, compreensão e capacidade de colaboração na revisão dos textos.

A Rosana Silva, por compartilhar comigo angústias e desafios e pela ideia do tema escolhido para esse trabalho.

A Evangel Vale e a todas as pessoas que têm alguma deficiência, sobretudo àquelas que convivem com deficiências invisíveis e disputam um pedaço de felicidade nesse condomínio chamado mundo.

A Vera Lúcia de Jesus, pela atenção e empatia; amiga sempre solícita.

Aos colegas de outros cursos e diversas unidades da UFBA que, ao longo de quatro anos, me ajudaram no ir e vir entre o portão da universidade e as salas de aulas.

Aos colegas do Bacharelado Interdisciplinar (BI). Vocês me lembram muito o tempo em que companheirismo era um quadro estampado permanentemente em sala de aula.

Agradecimentos especiais a: Danila Jesus, Maria Domingues, Raquel Borges Dias, Raquel Fernandes, Vitória Régia Sampaio, Nicolas de Souza Alves, Manoel Menezes, Gabriele Lomba, Joana Belarmino, Lúcia Mara Formighieri, Marco Bonito, Tamires Santos, Amanda Moreno, Lorena Correia, Luciano Marins, Isaac Donato, Genésio Fernandes Vieira, Marta Gil, José Araripe Jr., Manoel Negraes, Railane Costa, Valdirene Lima, Daia Carpes, Lelei Teixeira e a todas as pessoas que contribuíram com essa “pauta”.

RESUMO

A memória versa sobre o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) cujo objetivo consiste na elaboração de uma publicação com orientações para jornalistas sobre como tratar a deficiência na imprensa. O trabalho reúne, a partir de documentos e marcos legais recentes, um leque de termos e expressões comuns ao segmento das pessoas com deficiência no Brasil. O trabalho apoia-se também no panorama histórico do movimento de pessoas com deficiência, em marcos legais como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, promulgado em 2015 e apresenta termos recomendados, expressões em desuso e breves informes sobre variados tipos de deficiência, além de sugestões de pauta e um catálogo de fontes qualificadas para o Estado da Bahia.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência; Terminologias; Jornalistas; Linguagem.

ABSTRACT

The memory is about the elaboration process of the Undergraduate Thesis (Trabalho de Conclusão de Curso), in which the objective is to prepare a publication with guidelines for journalists on how to treat printing disability . The work brings together, from recent documents and legal frameworks, a range of terms and common expressions to the segment of people with disabilities in Brazil. The work is also based on the historical overview of the movement of persons with disabilities, in legal frameworks such as the Disabled Persons Statute (Estatuto da Pessoa com Deficiência), promulgated in 2015 and presents recommended terms, expressions in disuse and brief reports on various types of disabilities. As well as guideline suggestions and a qualified source catalog for the state of Bahia.

Keywords: Disabled people. Terminologies. Journalists. Language.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 O TEMA	8
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
4 O PRODUTO	15
4.1 A ESCOLHA DO FORMATO	15
4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PRODUTO	15
4.3 METODOLOGIA	16
4.4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
4.4.1 Pesquisa temática	16
4.4.2 Redação de textos para o guia	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

A ideia de elaborar um produto editorial sobre o uso de terminologias relacionadas com o segmento de pessoas com deficiência teve origem na observação de dois cenários: a ausência de conteúdos que abordassem a temática na trajetória de estudantes de comunicação e a frequente publicação de matérias e reportagens sobre o tema “pessoas com deficiência” divulgadas na imprensa sem o necessário diálogo ou análise crítica das novas abordagens e nomenclaturas do setor.

O desejo de elaborar este trabalho remonta ainda à minha trajetória de vida, iniciada em São Roque do Paraguaçu, distrito de Maragogipe, interior da Bahia, na época em que eu já demonstrava interesse pela Comunicação, pelos livros e pela leitura. Gosto demonstrado mesmo após a mudança, aos sete anos de idade, para a capital, Salvador, com a família, que se resumia a minha mãe e um irmão mais velho.

Durante o ensino fundamental, necessitava da luz de velas e candeeiros para realizar as atividades escolares, pois no local em que morava não havia energia elétrica. Aos 14 anos, dividia meu tempo entre os estudos no colégio Duque de Caxias, no bairro da Liberdade e o trabalho de entregador de jornais, a fim de ajudar no orçamento familiar, já que a minha mãe era trabalhadora doméstica. Concluí o ensino médio com muito sacrifício, pois já estava convivendo com a perda gradativa da visão. Mais tarde, passei em um concurso para o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA-BA), onde exerci a função de técnico em fiscalização, até ser afastado devido ao agravamento da perda da visão, em 1993. Com a deficiência visual, fundei, em 1999, com alguns amigos, uma organização não governamental, denominada ARCCA (Acesso e Reintegração à Comunicação, Cultura e Arte), combinando ativismo cultural com a luta pelos direitos humanos.

No campo dos direitos sociais, iniciei minha participação como membro de conselhos e fóruns em defesa da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência. No âmbito da produção cultural e comunicação, escrevi, em 2001, o livro *Rock Baiano - História de uma Cultura Subterrânea*, resultado de mais de dez anos de pesquisa sobre o cenário musical alternativo da Bahia. Produzi, ainda, um disco com bandas de rock da Bahia, denominado *Telefanzine: linha direta com Rock* e editei uma revista eletrônica também chamada *Telefanzine*, uma espécie de agenda eletrônica que se apropriava do formato de rádio e fazia as vezes de uma redação de jornal, transmitindo notícias e uma agenda cultural voltada para a cena alternativa da cidade. Mesmo após ter saído do ar, o Fanzine deixou uma história que foi objeto

de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de estudantes da FACOM (Andréia Neri e Cinthia Sento Sé). No percurso acadêmico, estudei História, Humanidades e Jornalismo.

Depois de ter ingressado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2010, cursado e concluído o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BI-Humanidades), passei, em 2013, para o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da FACOM. Assumi como objeto do meu TCC, a tarefa de escrever sobre esses dois “desertos” no terreno da Comunicação Social: a ausência dos temas de inclusão social da pessoa com deficiência nos currículos das escolas de comunicação e a incidência de matérias pouco consistentes na cobertura da vida desses sujeitos.

Durante a graduação em jornalismo, elaborei o meu anteprojeto de TCC intencionando pesquisar o tema Acessibilidade em Comunicação, porém abandonei o objeto de pesquisa já que não encontrei professores que tratassem da temática. Nos semestres finais do curso, elaborei o atual projeto de pesquisa sobre as terminologias da deficiência e o seu uso por parte dos profissionais da mídia, um guia sobre o uso apropriado das expressões relacionadas com esse segmento social.

Ao iniciar as primeiras pesquisas sobre manuais de redação e estilo dos principais jornais e grupos de comunicação, verifiquei que o tema aqui tratado é pouco explorado. Além disso, a carência de literatura e a ausência de conteúdos afins nos currículos dos cursos de Comunicação e nas ações formativas dos órgãos de representação da classe promovem vazios que deixam os jornalistas solitários em sua missão. Essa situação despertou o interesse por criar um documento complementar às orientações gerais de redação para jornalismo.

Vale ressaltar, porém, que qualquer esforço nesse sentido não será suficiente para dar conta da profusão de termos e expressões pertencentes ao universo dessas pessoas. Entretanto, espera-se que esse trabalho contribua para o aprimoramento da prática jornalística.

A pesquisa bibliográfica foi baseada em estudiosos que pesquisam a representação da pessoa com deficiência na mídia como Romeu Sasaki e Claudia Werneck, além de autores que abordam o percurso histórico desses sujeitos que convivem com algum tipo de deficiência. Contribuíram, ainda, os estudos constantes em trabalhos nacionais e internacionais que tratam do assunto, bem como campanhas realizadas por organizações que defendem direitos de pessoas com deficiência, além das informações resultantes de palestras, debates e consultorias que realizei.

O trabalho reúne, a partir de documentos e marcos legais recentes, um leque de termos e expressões comuns ao segmento das pessoas com deficiência, procurando orientar repórteres e demais profissionais da Comunicação na rotina com o tema durante os processos de

construção de notícias. Também consta na pesquisa depoimentos de pessoas com deficiência e agentes formadores de opinião. O trabalho apoia-se, também, no panorama histórico do movimento de pessoas com deficiência, em marcos legais, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, promulgado em 2015, dentre outros.

O tema trazido nessa memória conjuga um esforço em reunir conceitos, terminologias e expressões inerentes a esse segmento populacional, reunindo expressões comuns, linguagem apropriada, bem como termos utilizados em áreas como Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos. Reflete-se, com isso, a preocupação em dirimir dúvidas e aprimorar a linguagem, reduzindo a construção de notícias veiculadas com tratamento inadequado e evitando perdas importantes no campo da representação desses sujeitos.

A partir da fundamentação teórica do trabalho, a memória apresenta tópicos para o desenvolvimento dos temas levantados no projeto, bem como relata as etapas para sua produção, como a escolha do projeto gráfico, a diagramação, o projeto editorial, a edição do texto, os procedimentos metodológicos e a organização de suas seções.

Quanto ao seu conteúdo, o resultado da pesquisa trouxe tópicos como: breve apresentação do autor, abordagem de fundo sobre o tema, orientações sobre como deve ser a postura do profissional da comunicação com as questões referentes às pessoas com deficiência, linguagem recomendada, sugestões para realização de matérias, um guia de fontes, datas comemorativas e uma lista de termos e expressões típicas desse segmento populacional, além de sugestões de pautas regionais e entrevistas com profissionais da imprensa local sobre os desafios neste tipo de cobertura.

2 O TEMA

O tema que norteia este trabalho refere-se ao uso da linguagem utilizada por profissionais da Comunicação acerca do universo das pessoas com deficiência e está relacionado ao campo dos Direitos Humanos, Comunicação Social, Justiça e Cidadania. Do ponto de vista da Comunicação, destaca-se o uso da linguagem jornalística como ponto de partida para a produção de um guia que contribua para a atuação dos profissionais da notícia na cobertura de assuntos relativos a esse segmento.

Os sujeitos aqui abordados são aqueles que a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, considera como:

[...] aqueles que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015)

Esse é o conceito atual. Entretanto, elaborando um percurso sobre a situação das pessoas com deficiência ao longo da história, depara-se com um caminho de exclusão. Depois de passarem por uma condição de não reconhecimento de si mesmas como seres humanos e portanto, cidadãs, as pessoas com deficiência enfrentaram desde a antiguidade condições de inferioridade até alcançarem, mais tarde, o status de sujeitos tutelados e institucionalizados. Isto é, somente a pouco menos de um século esses indivíduos começaram a serem reconhecidos como cidadãos alvos de direitos. Esse processo foi coroado de fatos e práticas de barbárie. Lendas e mitos legitimavam a exclusão, até que a primeira metade do século XX lhes trouxessem o enfoque dos direitos humanos.

Atualmente, a Organização Mundial da Saúde com dados de 2011 “[...] estima que 15% da população do planeta tem algum tipo de deficiência”. É a esse contingente que se refere o presente trabalho.

Segundo o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, em todo o país existem mais de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que representa 23,9% da população. De acordo com a Cartilha do Censo 2010:

A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40% (BRASIL, 2012)

Mesmo diante desse quantitativo de pessoas com deficiência no Brasil e no mundo, ainda é incipiente a produção de trabalhos que abordam o assunto, sobretudo, nas Escolas de Comunicação Social. Documentos e tratados internacionais são atualizados frequentemente como resultado da luta contínua das chamadas minorias, impondo novos desafios aos meios de comunicação na tarefa de retratar o mundo contemporâneo.

No campo da Legislação, tem-se como referência a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), documento global incorporado à Constituição Brasileira em 2009 e a recente aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em 2015.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa de que trata essa memória foi orientada pelas abordagens de teóricos que refletem sobre as novas relações sociais, as representações, o modelo social da deficiência, os estereótipos e a inclusão e diversidade cultural. Destacam-se, neste trabalho, os estudos de Jesus Martin-Barbero (2003), Stuart Hall (2003), Debora Diniz (2007), além dos apontamentos elaborados por ativistas como: Romeu Sasaki (2003) e Claudia Werneck (2003).

Por terem como objeto de pesquisa recortes de estratos de grupos sociais menos favorecidos, figurando em condições desiguais nos espaços de mídia e no campo social, as abordagens elencadas revelam-se como de grande importância para o nosso estudo.

Debora Diniz (2007) afirma que deficiência é um conceito complexo que, além de reconhecer o corpo com lesão, denuncia a estrutura que aparta do convívio social. Ao defender um conceito de deficiência, segundo um modelo social e antropológico, a autora destaca a experiência histórica de opressão e apartação social vivida pelas pessoas com algum tipo de deficiência.

Para Diniz (2007), esse fato é decorrente da incapacidade social em prever e incorporar a diversidade humana. Ainda segundo a autora, a concepção de deficiência fora marcada (e ainda é, em muitos contextos) pelo modelo médico que costuma considerar as limitações como consequências intrínsecas ao corpo deficiente.

Como se vê, trata-se de olhar a pessoa, isto é, o sujeito em primeiro lugar e não a patologia. Essa é a grande defesa de Diniz (2007, p. 9-10) quando sugere que:

[...] deficiência não é mais uma simples expressão de uma lesão que impõe restrições à participação social de uma pessoa. Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. Assim como outras formas de opressão pelo corpo, como o sexismo ou o racismo, os estudos sobre deficiência descortinaram uma das ideologias mais opressoras de nossa vida social: a que humilha e segrega o corpo deficiente.

Vencida a questão do enfoque modelar e conceitual, depara-se com a tensão e o desafio de ajustamento e adoção das novas nomenclaturas que constituem o universo da pessoa com deficiência.

Sasaki (2003), assegura que a nomenclatura utilizada a pessoas com deficiência varia de acordo com a dinâmica da sociedade e os avanços reivindicados pelos movimentos organizados de defesa de direitos sociais. O que se revela em jogo, aqui, é o acompanhamento

da dinâmica social, levando-se em conta o preponderante papel dos meios de comunicação com esses sujeitos.

Ao atentar para o risco que corremos quando difundimos terminologias inadequadas ou ultrapassadas, Sasaki (2003, p. 160) alerta que: “[...] o maior problema decorrente do uso de termos incorretos reside no fato de os conceitos obsoletos, as ideias equivocadas e as informações inexatas serem inadvertidamente reforçados e perpetuados.”

Considerando, então, jornalistas como importantes mediadores no processo comunicativo, há de se observar a importância de seu trabalho como formadores de opinião à luz do que diz Martín-Barbero (2003): “[...] os lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão.”

Dessa forma, as mediações têm um papel na formação de sentido para o receptor em relação às informações para ele transmitidas. Compreender tais mediações, portanto, é crucial para descobrir em que momento ocorre a deformação de sentidos que leva as imagens preconceituosas de certos setores da sociedade, incluindo pessoas com deficiência, para pensar em formas de evitar que isto aconteça.

O desconhecimento daquilo que existe, ou pouco conhecimento a respeito de como se articulam os sujeitos pertencentes a minorias, como indígenas, quilombolas ou pessoas com deficiência, acarreta, por muitas vezes na, criação ou reforço de estereótipos.

Nas palavras de Sasaki (2003), usar ou não usar termos técnicos corretamente não é uma mera questão semântica. Ele defende que, se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano, devemos estar alertas. Usar a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos passíveis de preconceitos, estigmas e estereótipos.

A Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), norma da OMS, em seu capítulo 4, dentro dos Fatores Ambientais, apresenta as atitudes como sendo as consequências observáveis dos costumes, das práticas, ideologias, valores, normas, crenças reais e crenças religiosas. (OMS, 2004). Assim sendo, essas atitudes influem no comportamento e na vida social do indivíduo, em todos os âmbitos, e podem contribuir para práticas positivas ou então negativas e discriminatórias.

Para compreender como a mídia nacional mantém na sociedade estigmas em relação a estas pessoas, é importante levar em consideração o processo comunicativo defendido por Stuart Hall (2003) em um de seus textos mais conhecidos, Codificação/Decodificação. No referido trabalho, o autor critica a concepção do processo comunicativo em termos de um circuito linear “emissor/mensagem/receptor”. Em seu lugar, propõe pensar tal processo como

uma estrutura “[...] produzida e sustentada através da articulação de momentos distintos, mas interligados - produção, circulação, distribuição/consumo” (HALL, 2003, p. 387). Desta forma, há uma articulação de práticas conectadas, mas cada uma mantém sua distinção e tem suas próprias formas e condições de existência.

Para Claudia Werneck (2016), ativista e fundadora da ONG carioca Escola de Gente, “[...] a mídia brasileira continua - com exceções - abordando o tema deficiência de forma descontextualizada.”

Assim, a partir desse debate teórico, procura-se alicerçar o embasamento de uma discussão ainda recente para o campo da inclusão da pessoa com deficiência, ocasião em que convocamos saberes oriundos do movimento social através de seus ativistas como forma de preencher uma lacuna teórica pouco transitada por pensadores contemporâneos.

As regras e orientações para a redação de trabalhos noticiosos saíram dos murais das redações dos jornais no início do século passado e assumiram o status de livros e manuais dispostos em redações e livrarias. Certamente, devido à importância que o gênero ganhou com o tempo. Essas publicações se tornaram bons GPS's para quem escreve em jornais e em outros veículos de comunicação.

Para além dos tradicionais manuais de redação e estilo, a sociedade brasileira percebeu a necessidade de complementar a abrangência dos temas abordados nesses guias de redação. Também motivados pelas urgentes transformações vividas pela sociedade contemporânea, estudiosos e grupos organizados da sociedade civil trataram de assessorar os profissionais da mídia no sentido de mostrar-lhes a necessidade de se pautar temas pouco explorados pelos veículos de comunicação.

Nessa arena, lutam por espaços e representação de suas singularidades, envolvendo questões étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e tantas outras. Surgem os guias complementares de orientação para jornalistas, com propostas de adequação da linguagem e até mesmo tentativas de reposicionamento das agendas noticiosas. Tem-se na mídia uma grande aliada, não para fazer o papel do estado ou da escola, mas sim para contribuir com narrativas que permitam olhares fundados na alteridade e na cidadania.

Numa sociedade de massas moderna, o acesso à informação jornalística, por parte do cidadão, pode potencialmente vir a consistir num direito que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece visibilidade ao poder e ao mundo. (GENTILLI, 1995, p. 158)

Justifica-se esse estudo pelas atitudes manifestadas na sociedade em relação às pessoas com limitações decorrentes da deficiência. Começamos pela eliminação das barreiras atitudinais.

As barreiras de atitude são aquelas impostas pela vontade, pela crença e por ideologias inspiradas na dificuldade de compreender o outro como diferente de si. A não aceitação de uma pessoa no mercado de trabalho porque ela utiliza cabelo tipo “black power”, tem alguma deficiência ou é homossexual, constitui-se em uma barreira atitudinal.

Como afirmam Lima e Silva (2010, p. 1), “[...] as barreiras atitudinais marginalizam a pessoa com deficiência, deteriora-lhe a identidade de pessoa humana e restringe-lhe as possibilidades de desenvolvimento e de relação social.”

A barreira atitudinal, esse “inimigo invisível” requer um enfrentamento contínuo perante as suas investidas, sejam elas na escola, quando a deficiência serve como fator de negação de oportunidades e avanços pedagógicos, no mundo do trabalho, pela negação de recursos de acessibilidade para o exercício laboral, ou até mesmo na família, quando esta não reconhece a potencialidade desses sujeitos.

Independentemente do *locus* das barreiras, elas devem ser identificadas para serem enfrentadas, não como obstáculos intransponíveis e sim como desafios aos quais nos lançamos com firmeza, com brandura e muita determinação (CARVALHO, R. E, 2006, p. 128).

Precisamos chamar o Estado para essa conversa e, para isso, trazemos no guia uma espécie de linha do tempo das terminologias adotadas ao longo da história do Brasil.

3.1 LACUNAS NA REUNIÃO DE PAUTA

Um dos momentos capitais na rotina jornalística é a reunião de pauta. Essa atividade aproxima os profissionais das redações com o objetivo de preparar um roteiro inicial de assuntos a serem investigados ao longo do dia e que deverão transformar-se em matérias. Fazendo-se uma analogia a essa etapa da rotina do trabalho jornalístico, procurei buscar inspiração nela para ressaltar a importância da pauta como elemento fundamental, nas abordagens jornalísticas. Além disso, tratei de trazer opiniões de indivíduos ligados ao universo das pessoas com deficiência e na área jornalística.

Em artigo publicado no jornal gaúcho Zero Hora, edição de 21 de janeiro de 2017, o jornalista e publicitário Alfredo Fedrizzi (2017) fez uma referência a opinião do cineasta João Moreira Sales que, em uma palestra, falou sobre jornalismo. Segundo o articulista,

[...] o diretor de documentários e criador da revista Piauí João Moreira Salles, em palestra no Em Pauta ZH, fez uma recomendação interessante aos jornalistas, estudantes e professores de comunicação presentes. Ele alertou para a necessidade de ficarem mais próximos do povo e trabalharem com uma diversidade maior de pessoas nas redações. O ofício jornalístico pede que se conheça a sociedade e seus meandros e se tenha vários pontos de vista para escrever uma reportagem que realmente mostre os fatos. (FEDRIZZI, 2017)

O debate que permeia os meios de comunicação e a diversidade humana tem adquirido lugar de relevo nos processos comunicativos da atualidade. Nesse cenário, além do papel dos marcos legais e do cuidado com o que se publica nos variados canais de informação, grupos organizados na sociedade civil colaboram e acompanham o trabalho da mídia. É a sociedade civil demandando pautas para uma comunicação atenta aos rumos da convivência humana que aponta para equidade social.

Nessa direção destaca-se, o grupo brasileiro ODMÍDIA, uma iniciativa de monitoramento das narrativas midiáticas sobre grupos de diversidade (mulheres, população negra, indígenas, pessoas com deficiência e LGBT).

O grupo realiza levantamentos anuais quantitativos e qualitativos sobre a representação da diversidade na mídia brasileira. O trabalho nasceu com a função de identificar personagens e sujeitos de grupos com sub-representação considerando a transversalidade que permeia esses segmentos sociais. A jornalista Stela Caputo (2006) alerta sobre a importância do trabalho jornalístico e recomenda:

Tem a ver com treino, tem a ver com formação, tem a ver com a nossa convicção. O jornalismo, sendo uma função social, um serviço ao público, à sociedade, ao cidadão, requer de seus praticantes que, antes de escrever, pautar, editar, apurar ou veicular um texto jornalístico, pensem nos direitos, nas necessidades e no interesse do leitor, do ouvinte, do telespectador, do internauta, o único destinatário da notícia. (CAPUTO, 2006, p. 3).

Como dito ao longo desse trabalho, evitar estereótipos, figura como providência importante na produção e circulação de programas, eventos e demais atividades pertencentes a área da comunicação. Esse cuidado termina por combater uma longa ausência dos sujeitos que convivem com algum tipo de deficiência nos veículos de comunicação e também nos espaços formais da sociedade. Com isso, a relevância do status de ator social torna-se um elemento chave no resgate da cidadania dessas pessoas. Buscar a valorização da dignidade da pessoa, substituindo a sub-representação desses indivíduos por uma abordagem condizente com o tamanho desse grupo social, pautando o interesse público com base na observação das diferenças é igualar oportunidades.

Nunca é demais afirmar que a mídia é parte importante da vida diária das pessoas. Como uma forma para que os operadores dos meios de comunicação possam culturalizar termos atualizados na sociedade, dando uma forte alavancada na quebra de posturas que, de tão obsoletas depõem contra o comunicador, busquei destacar apontamentos que oferecem caminhos para um melhor tratamento da imagem da pessoa com deficiência e suas especificidades nos meios de comunicação de massa, assim como, o resultado de uma sondagem realizada junto a jornalistas e especialistas sobre de que maneira os meios de comunicação deveriam proceder para o aprimoramento de suas pautas e recomendações de agendamento de notícias e reportagens.

4 O PRODUTO

O produto é um guia impresso cujo objetivo é contribuir para que as pessoas com deficiência sejam melhor retratadas no âmbito dos diversos formatos e gêneros jornalísticos. Nesse tópico serão relatadas as fases de elaboração do produto com o detalhamento da produção editorial.

4.1 A ESCOLHA DO FORMATO

O suporte escolhido foi um guia impresso, por ser um produto comunicacional de razoável alcance e de suma importância no sentido de incluir na seara da redação jornalística uma tentativa de contributo à linguagem noticiosa focada num segmento da população que sempre foi secundarizada no campo da Comunicação.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PRODUTO

As regras e orientações para redação de trabalhos noticiosos saíram dos murais das redações dos jornais e assumiram o *status* de livros e manuais. Esses livros, apesar de trazerem orientações quanto a ética e ao estilo jornalístico, pouco alcançavam as especificidades das diversas camadas da população. Por conta da importância que o tema da diversidade ganhou, reivindicou-se abordagens e tratamentos condizentes com suas características. Reclamam então tratamento equitativo como ampliação desses tradicionais manuais orientadores.

Também motivados pelas urgentes transformações vividas pela sociedade contemporânea, estudiosos e grupos organizados trataram de assessorar os profissionais da mídia no sentido de mostrar-lhes a necessidade de pautar-se esses temas pouco explorados pelos veículos de comunicação.

Falamos aqui de segmentos como criança e adolescente, população LGBT, pessoas com deficiência e povos indígenas. Este trabalho figura como uma obra complementar dos grandes manuais de estilo e redação.

4.3 METODOLOGIA

Para o cumprimento de seus objetivos, a pesquisa de que trata essa memória obedeceu os seguintes procedimentos metodológicos: tema; pesquisa bibliográfica e em fontes eletrônicas; leitura de manuais de redação, além da realização de entrevistas com jornalistas e outros profissionais do campo da comunicação.

4.4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.4.1 Pesquisa temática

A partir dos estudos sobre a deficiência, buscou-se averiguar, no campo da linguagem e do seu modelo social, em que medida o tema “Pessoas com deficiência” tem recebido tratamento condizente com os cenários dos Direitos Humanos e seus recentes marcos legais.

4.4.2 Redação de textos para o guia

O guia está organizado em sessões assim distribuídas: Apresentação; O que você precisa saber; Uma visão histórica; Quem são as pessoas com deficiência; Tipos de deficiência; Aprimorando a linguagem; Jornal; Rádio e TV; Internet; Entrevistando pessoas com deficiência; Aprimorando a linguagem no esporte; Critérios de Pauta; Sugestões de Pautas Regionais; Entrevistas com Jornalistas; Guia de fontes especializadas; Datas simbólicas; Legislação de referência; Expressões e terminologias.

À medida em que traçou-se o roteiro de tópicos abordados, procedeu-se a realização de fichamentos, esboço das primeiras versões de cada seção e posterior revisão das produções textuais.

4.4.3 Projeto editorial

O projeto editorial foi concebido como um guia impresso, todavia, serão providenciadas versões em formatos acessíveis como: PDF, epub, audiolivro e em braille. Para a elaboração das versões alternativas encaminhou-se proposta de parceria ao Núcleo de Apoio a Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE), que incumbiu-se de publicar o trabalho em seu site bem como a Agência Ciência e Cultura – FACOM/UFBA e a organizações da sociedade civil atuantes na área da inclusão de pessoas com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de desenvolver um produto comunicacional como trabalho de conclusão de curso é algo enriquecedor. É a oportunidade de se colocar em prática conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Considero igualmente importante o aprofundamento da pesquisa, ou, o aprimoramento de recursos metodológicos que permitiram a descoberta de novos caminhos para a investigação. O contato com novas fontes, o diálogo com múltiplos sujeitos e a análise de cenários ensinam a realização de um trabalho mais rico e ampliado em relação àquele experimentado durante os semestres da graduação.

Embora tendo acumulado alguma experiência com o lançamento de um livro e participado de outras ações comunicativas na esfera social, a oportunidade de produzir um trabalho sob os rigores dos procedimentos acadêmicos corroboram decisivamente para o sucesso de uma empreitada como esta.

Revelou-se igualmente importante a contribuição dos estudiosos que deram suporte teórico à pesquisa, a rede de contatos, construída ao longo da graduação e a utilização da internet, ferramenta imprescindível na construção de qualquer trabalho, acadêmico ou não.

Como estudante cego, enfrentei diversas barreiras, tanto no que se refere a manipulação dos dados, formatação dos textos e cumprimento de prazos, quanto as barreiras atitudinais, ainda muito frequentes em nossos espaços acadêmicos.

No decorrer da pesquisa pude perceber também a crescente rede de defesa e proteção dos direitos das pessoas com deficiência, como o recente Observatório da Diversidade na Mídia, grupo de estudos criado no final de 2016. Ressalte-se também a constante publicação de diversos outros manuais de orientação a jornalistas e o debate vigente sobre essa população de acordo com os marcos legais da pós-modernidade.

A elaboração de um produto dirigido a jornalistas baianos, revestiu-se do propósito de contribuir com a prática jornalística para que a cobertura da imprensa sobre o universo das pessoas com deficiência seja ética, cidadã e assertiva. Com a materialização desse empreendimento, expandem-se desafios e perspectivas que apontam para novos momentos na seara da comunicação.

Preliminarmente a pesquisa aponta para desafios como o de fazer com que os órgãos de imprensa tenham acesso a esse conteúdo, procurar através do NAPE/UFBA a disponibilização do guia em seu site da internet, bem como estabelecer parceria com a Agência de Notícias da FACOM, com a finalidade de difundir seu conteúdo. Somam-se a esses direcionamentos, a edição do trabalho em formato de audiolivro, fazer discussão de pautas coletivas entre a classe jornalística de Salvador, promover seminários e ações de disseminação do conhecimento junto a órgãos representativos da imprensa e do segmento das pessoas com deficiência. Suscita igualmente a possibilidade da ampliação desse estudo no âmbito do mestrado e outros níveis da investigação científica.

Por fim, devo afirmar que a realização dessa atividade soma-se a outras experiências vivenciadas em outras graduações as quais me proporcionaram a oportunidade de oferecer minha contribuição à academia, aos jornalistas do meu país e à comunidade das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cíntia Monteiro de; Ensino de história como lugar de emancipação: Concepções Docentes Sobre As Relações Entre Educação E Direitos Humanos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: PUC, 2008. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT04-5050--Int.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1980.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 1-11.

BRANDÃO, Marcelo. Atletas Paralímpicos rejeitam rótulo de super-humanos e de exemplo de superação. **RBA: Rede Brasil Atual**, [S.l.], 9 set. 2016. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/esportes/2016/09/atletas-paralimpicos-rejeitam-rotulo-de-super-humanos-e-de-exemplos-de-superacao-4674.html>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 ago. 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BRASIL. Lei 13, 146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015

BRASIL. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 25 jul. 1991.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Diretrizes de estimulação precoce: crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor decorrente de microcefalia / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo e acessibilidade: manual de orientações**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Manual de orientação para atuação em mídias sociais: identidade padrão de comunicação digital do poder Executivo Federal**.

Brasília, 2014. em: <http://www.secom.gov.br/pdfs-da-area-de-orientacoes-gerais/internet-e-redes-sociais/secommanualredessociaisout2012_pdf.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2017.

BRASL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção à saúde da pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde – SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. il. (Comunicação e Educação em Saúde).

CALDAS JUNIOR, Arnaldo de França; MACHIAVELLI, Josiane Lemos (Org.). **Atenção e cuidado da saúde bucal da pessoa com deficiência: Protocolos, Diretrizes e Condutas para auxiliares de Saúde Bucal**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

CAMPBELL, Fiona Kumari. Inciting legal fictions: Disability date with ontology and the ableist body of the law. **Griffith Law Review**, [S.l.], v. 10, p. 42-62, 2001.

Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012.

COBB, Henry V.; MITTLER, Peter. **Diferenças significativas entre deficiência doença mental: uma tomada de posição**. Lisboa: Secretária Nacional para a Reabilitação e Integração das pessoas com Deficiência, 2005. (Folhetos, n. 54). Disponível em: <<file:///C:/Users/maria.fernandes/Downloads/Folheto054.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DISABILITY Language Style Guide. **NDCJ**, [S.l.], 2017c. Disponível em: <<http://ncdj.org/style-guide/>>. Acesso em: 22 set. 2016.

EDLER CARVALHO, Rosita. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. 5. ed. Porto alegre: Mediação, 2006.

ENGLISH FEDERATION OF DISABILITY SPORT. **Media Guide: Reporting on disabled people in sport**. ago. 2016. p. 1-35. Disponível em: <http://www.comresglobal.com/wp-content/uploads/2016/09/15549-EFDS-Sports-Journalists-Media-Guide_FINAL.pdf> Acesso em: 11 dez. 2016.

ESCOLA DE GENTE. **MANUAL DA MÍDIA LEGAL 4: comunicadores pela educação**. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

ESCOLA DE GENTE. **Manual da mídia legal: comunicadores pela inclusão**. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

FIGUEIRA, E. As deficiências representadas na mídia e o papel da psicologia social. **Planeta Educação**, [S.l.], 6 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1871>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

G1.23,9% dos brasileiros declaram ter alguma deficiência, diz IBGE. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/239-dos-brasileiros-declaram-ter-alguma-deficiencia-diz-ibge.html> Acesso em: 19 abril.2017

GARCIA, Vera. 9 Termos e conceitos sobre deficiência que deveriam ser abolidos.

Deficiente ciente: o blog da inclusão e cidadania, [S.l.], 30 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.deficienteciente.com.br/10-termos-e-conceitos-sobre-deficiencia-que-deveriam-ser-abolidos.html>>. Acesso em: 8 set. 2016.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas:** cidadania e informação: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. 1995. 180 f. Dissertação de (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 1995.

HALL, Stuart. Codificação e decodificação. In: HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Organização de Liv Sovik, tradução de Adelaine La Guardia Resende dentre outros. Florianópolis: Humanitas, 2003. p. 380-390.

HELTON, Thiago. Termos adequados: primeiro, a pessoa e depois a deficiência. **R7**, 7 maio 2016. Disponível em <<http://noticias.r7.com/blogs/thiago-helton/termos-adequados-primeiro-a-pessoa-e-depois-a-deficiencia/2016/05/07/>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

IBGE. **Censo demográfico 2010:** características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2010a.

Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.

IBGE. **Censo demográfico 2010:** população residente por tipo de deficiência permanente.

Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/am_ostra/>.

Acesso em: 26 mar. 2015.

INTERVIEWING people with disabilities. **Media Wise...** for better journalism, [S.l.], [20--].

Disponível em: <<http://www.mediawise.org.uk/wp-content/uploads/2011/04/Interviewing-people-with-disabilities.pdf>>. Acesso: em 22 dez. 2016.

LIMA, Francisco J.; SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In: SOUZA, Olga Herval (Org.). **Itinerários da inclusão**

Escolar. Canoas: AGE, 2008. p. 23-32. 1 v. Disponível em:

<<http://www.adiron.com.br/arquivos/Barreiras%20Atitudinais.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico:** monografias, dissertações e teses. 5. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2013.

MACEDO, Andréa Luciana; SANTOS, Dalila dos. O paratleta e o jornalismo esportivo: a invisibilidade impressa. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 17., 2015, Natal. **Anais...**, Natal: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2015. p. 1-9. Disponível em:

<<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-2688-1.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

MARTÍN BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MULTIDEFICIENTE/SURDOCEGO. **AGapasm**, São Luiz Gonzaga, RS, 2017c.
Disponível em: <[HTTP://www.agapasm.com.br/multideficiente.asp](http://www.agapasm.com.br/multideficiente.asp)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, incapacidade e saúde**. Lisboa, 2004. Disponível em: <http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Governo do Estado de São Paulo. Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Relatório Mundial Sobre a Deficiência**. São Paulo, 2011.

ONU. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. 4. ed. rev. atual., Brasília, 2012. il. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao pessoacomdeficiencia.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. **Manual de Terminologias**. Tradução de Enilde Faulde Faulstich. Canada: Ministro de Obras Públicas e Serviços Governamentais, 2002. Disponível em: <<https://linguisticadocumentaria.files.wordpress.com/2011/03/pavel-terminologia.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

PORTILHO, Fabiano. Chupisco: Olarte manteve relações sexuais com menino excepcional, segundo depoimento do Gaeco. Agora News, [S.l.], 21 abr. 2015. Disponível em: <<http://agoranews.com.br/noticia/depoimento-no-gaeco-revela-que-gilmar-olarte-manteve-relacoes-sexuais-com-menino-excepcional/25206>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

PRESSE, France. Policial mata motorista surdo-mudo em operação de trânsito nos EUA. **G1: mundo**, [S.l.], 22 ago. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/08/policial-mata-motorista-surdo-mudo-em-operacao-de-transito-nos-eua.html>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto & Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2017.

QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: SEDH, 2004.

RELATÓRIO Mundial sobre a Deficiência/World Report on Disability. São Paulo: SEDPcD, 2012.

RODRIGUES, Ediles Revorêdo; LIMA, Francisco José de; VIEIRA, Paulo André de Mello; PASSOS, Simone São Marcos. Arte, educação e inclusão: orientações para áudio-descrição em museus. **Diálogos Entre Arte e Público**, v. 3, p. 1, 2010.

ROSO, Adriane et al. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, p. 74-94, jul./dez. 2002,

SAKER, Fernando Augusto Simões. **Jornalismo e pessoas com deficiência**: construção de conceitos e superação de estigmas por meio da comunicação. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, São Paulo, 2010.

SASSAKI, Romeu K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista nacional de reabilitação**, São Paulo, v. 5, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002.

SASSAKI, Romeu K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, Veet (Coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003a. p. 160-165.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. (Coleção Inclusão).

SASSAKI, Romeu K. **Vida Independente**: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nomenclatura na área da surdez**. [S.l.], p. 1-4, [20--].

Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/deficiencia/Nomenclatura_na_area_da_surdez.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Dicionário de termos técnicos da assistência social. Belo Horizonte: ASCOM, 2007.

SHIMOSAKAI, Ricardo. Turismo Adaptado: fazendo a diferença na busca pela igualdade.

Turismo adaptado, [S.l.], 1 mar. 2013. Disponível em:

<<https://turismoadaptado.wordpress.com/2013/03/01/preconceito-cartilha-chama-a-atencao-para-terminologias-politicamente-corretas/>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

SIGLA PNE - Disponível em: <<http://www.webfopag.com.br/sosrh/por-que-e-quando-foi-mudada-a-sigla-pne-portadores-de-necessidades-especiais-para-pcd-pessoa-com-deficiencia/4472>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

SILVA, Otto Marques. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo; CEDAS, 1987.

VEET, VIVARTA (Coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2003.

WERNECK, Claudia Marina. Mídia e inclusão sócia. Trabalho apresentado ao Seminário: Mídia e Deficiência. Plenário 13. Brasília: Comissão de defesa das pessoas com deficiência, 6 dez. 2012.

WERNECK, Claudia. **Você é gente?**: O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano. Rio de Janeiro: WVA, 2003.